



Título: A condução da organização deve ser orientada pelos princípios da boa governança

Moção Estatutária

Número: GA2017/06

Língua original da moção: Espanhol

Proposta por:

Nome: Paulina Baca

Organização: Individual

Câmara: Social Sul

E-mail: paulinabaca@gmail.com

1) Apoiada por:

Nome: Nubia Jaramillo

Organização: Verde Canandé

Câmara: Econômica Sul

E-mail: jnubiaj@hotmail.com

2) Apoiada por:

Nome: Margaret Stern

Organização: Individual

Câmara: Ambiental Sul

E-mail: pegstern@gmail.com

Proposta:

Assegurar que a organização seja guiada pelos princípios da boa governança em seus vários campos de ação. Todas as atividades realizadas no âmbito do Plano Estratégico institucional devem responder ao efetivo exercício democrático de tomada de decisão por membros, representantes do Conselho de Administração, Secretaria e Rede FSC em todo o mundo.

Para esse fim, os princípios da boa governança estão incluídos nas Seções Sete e Oito do Estatuto.

Moção Estatutária (alteração do Estatuto):

Alterar as cláusulas sete e oito do estatuto:

Conteúdo atual

SETE. De acordo com o seu propósito e em relação com o mesmo, a Organização deverá assumir o seguinte.



1. Promover Princípios e Critérios de Manejo Florestal através de um programa voluntário e independente de acreditação e certificação para manejo florestal.
2. Assegurar a avaliação e acreditação dos órgãos de certificação com base na adesão às políticas FSC e aos requisitos do FSC para os órgãos de certificação.
3. Realizar atividades educacionais que aumentem a conscientização sobre a importância de melhorar o manejo florestal e as vantagens de usar a certificação como ferramenta para atingir esse objetivo.
4. Fornecer orientação e assistência em questões relacionadas à gestão florestal responsável para os decisores políticos, os gestores florestais e os legisladores.

Alteração sugerida:

SETE. Em conformidade com o seu propósito e em relação com o mesmo, a Organização deve realizar o seguinte:

1. Promover Princípios e Critérios de Manejo Florestal através de um programa voluntário e independente de acreditação e certificação para manejo florestal.
2. Assegurar a avaliação e acreditação dos órgãos de certificação com base na adesão às políticas FSC e aos requisitos do FSC para os órgãos de certificação.
3. Realizar atividades educacionais que aumentem a conscientização sobre a importância de melhorar o manejo florestal e as vantagens de usar a certificação como ferramenta para atingir esse objetivo.
4. Fornecer orientação e assistência em questões relacionadas à gestão florestal responsável para os decisores políticos, os gestores florestais e os legisladores.
5. A conduta da Organização deve ser orientada pelos princípios da boa governança.

Conteúdo atual:

OITO. Existem dois princípios da Organização.

1. Os Princípios e Critérios do FSC aplicam-se sem discriminação a todas as florestas tropicais, temperadas e boreais em todo o mundo, que são gerenciadas para a geração de produtos florestais e para a provisão de serviços ecossistêmicos a longo prazo. A Organização deve avaliar igualmente os aspectos ambientais, sociais e econômicos do manejo florestal incluídos em seus Princípios e Critérios. A Organização deve ser uma organização não governamental sem fins lucrativos e permanecerá independente do controle por interesses comerciais e agências governamentais, multilaterais e bilaterais, embora a colaboração com essas entidades seja procurada. As entidades pertencentes ao governo ou controladas só serão admitidas como membros da Organização em condições específicas estabelecidas pelo Conselho de Administração.



2. A Organização procurará complementar a legislação nacional e os tratados e acordos internacionais que promovam o manejo florestal ambientalmente apropriado, socialmente benéfico e economicamente viável. O FSC deve promover o acesso equitativo à acreditação e à certificação, e deve evitar a discriminação contra os organismos de certificação de pequena escala ou as operações florestais.

Alteração sugerida:

OITO. Existem dois princípios principais da Organização

1. Os Princípios e Critérios do FSC aplicam-se sem discriminação a todas as florestas tropicais, temperadas e boreais em todo o mundo, que são gerenciadas para a produção de produtos florestais e para a provisão de serviços ecossistêmicos a longo prazo. A Organização deve avaliar igualmente os aspectos ambientais, sociais e econômicos do manejo florestal incluídos em seus Princípios e Critérios. A Organização deve ser uma organização não governamental sem fins lucrativos e permanecerá independente do controle por interesses comerciais e agências governamentais, multilaterais e bilaterais, embora a colaboração com essas entidades seja procurada. As entidades pertencentes ao governo ou controladas só serão admitidas como membros da Organização em condições específicas estabelecidas pelo Conselho de Administração.

2. A Organização procurará complementar a legislação nacional e os tratados e acordos internacionais que promovam o manejo florestal ambientalmente apropriado, socialmente benéfico e economicamente viável. O FSC deve promover o acesso equitativo à acreditação e à certificação, e deve evitar a discriminação contra os organismos de certificação de pequena escala ou as operações florestais.

3. A Organização deve ser orientada pelos princípios da boa governança.

a) Inclusão e equidade: garantir que membros de todas as câmaras e regiões possam participar, ter voz igual e serem tratados de forma justa.

b) Transparência: criar confiança no sistema através da abertura, tomada de decisão responsável em todos os níveis, princípios e processos claros entendidos e aplicados por todos e acesso à informação.

c) Consenso: a tomada de decisão que alcança o equilíbrio entre os participantes, permite dissidência e leva a acordos comuns e duradouros.

d) Eficiência e eficácia: tomada de decisão que leva a resultados práticos e mensuráveis que beneficiam as florestas do mundo e oferecem claramente a missão do FSC em todos os níveis sem prejudicar os fundamentos da organização.

e) Independência: um sistema que é livre de interferências de terceiros, não permite que um grupo domine ou seja dominado nos processos de tomada de decisão, e está claramente livre de corrupção.

f) Capacidade de resposta: todas as partes interessadas recebem respostas adequadas e oportunas às suas preocupações



g) Responsabilidade: aceita a responsabilidade por suas atividades e tem sistemas transparentes para que possa ser responsabilizado pelos membros, a gama completa de partes interessadas e a sociedade em geral.

h) Integridade e imparcialidade: demonstra integridade para entregar a missão e imparcialidade do FSC em todas as suas atividades.

Especificações para implementação:

- Alterar as cláusulas SETE e OITO do Estatuto.

Histórico/Razões:

Procura incluir os princípios da boa governança nos Estatutos do FSC, porque atualmente os Princípios e Critérios (P & C) são considerados um guia para a organização



Título: Endereçando a Conversão passada através da restauração e da conservação como requisito para certificação de plantações que converteram áreas de floresta natural após 1994

Moção Estatutária

Número: GA2017/07

Língua original da moção: Inglês

Proposta por:

Nome: Aditya Bayunanda

Organização: WWF Indonésia

Câmara: Ambiental Sul

E-mail: abayunanda@wwf.id

1) Apoiada por:

Nome: Aisyah Sileuw

Organização: Individual

Câmara: Social Sul

E-mail: aisyah.sileuw@daemeter.org

2) Apoiada por:

Nome: Lineu Siqueira Junior

Organização: Individual

Câmara: Econômica Sul

E-mail: lsiqueira.jr@gmail.com

Proposta:

O objetivo desta moção é mudar os critérios 6.10 existentes para permitir plantações que foram desenvolvidas e converter áreas de florestas naturais após 1994, em condições e requisitos muito específicos, para potencialmente serem certificadas sob o sistema FSC. Existem vários requisitos, incluindo compensação por conversão passada através de restauração e conservação.

Moção Estatutária (alteração do Estatuto):

Para colocar isso em vigor, propomos mudanças no idioma atual dos Princípios e Critérios do FSC, bem como do padrão proposto e dos Padrões Genéricos Internacionais (IGIs) relacionados:

Redação atual:

6.10: As Unidades de Gerenciamento que contêm plantações que foram estabelecidas em áreas convertidas de floresta natural após novembro de 1994 não devem ser qualificadas para certificação, exceto quando:



a) provas claras e suficientes de que a Organização não foi responsável direta ou indiretamente pela conversão, ou

b) a conversão afetou uma parcela muito limitada da área da Unidade de Gerenciamento e produz benefícios de conservação de longo prazo claros, substanciais, adicionais e seguros na Unidade de Gerenciamento.

Para
Redação proposta:

Projeto de Critério revisado 6.10: Uma Organização com plantações estabelecidas em terras convertidas de floresta natural entre novembro de 1994 e a data efetiva deste critério deve:

a) identificar, através de um processo transparente e participativo, se houve violação de direitos humanos (incluindo direitos de propriedade e uso habituais) e/ou impactos negativos nos meios de subsistência, associados ao estabelecimento de conversão e/ou plantação; e

b) implementar medidas vinculadas ao tempo, identificadas no envolvimento com as partes interessadas diretamente afetadas, para remediar, mitigar e/ou compensar essas violações e impactos; e

c) demonstrar progressos mensuráveis para uma restauração compensatória efetiva e adicional e/ou conservação de ecossistemas naturais, com prioridade nas medidas na unidade de manejo ou na paisagem adjacente. O tamanho da(s) área(s) de compensação deve ser, pelo menos, o mesmo que a área da floresta natural convertida durante o período de tempo e a organização deve ser responsável pela sua proteção a longo prazo.

Especificações para implementação:

- Adaptações à linguagem Critérios 6.10.

Histórico/Razões:

Na AG de 2014, a moção 12 foi aprovada, o que determinou que o FSC desenvolvesse condições e requisitos para plantações que foram aprimoradas após 1994 para que pudessem ser certificadas sob o sistema FSC. Desde 2015, um grupo de trabalho com diversidade de câmaras foi estabelecido pelo FSC e desenvolveu critérios e indicadores que descrevem formas que permitiriam que tais plantações fossem certificadas, incluindo: compensação por impactos sociais negativos e restauração e compensação com base em um mínimo de 1 a 1 para as áreas que a unidade de manejo florestal se converteram após 1994. O Grupo de Trabalho finalizou suas recomendações, especialmente sobre como lidar com a conversão passada e, visando uma ação rápida, sugeriu de colocar suas revisões no P&C especialmente em 6.10 para ser aprovado por meio de uma moção na AG. Para que possa ser implementado imediatamente pelo FSC.

Custo para o FSC:

Desconhecido. Os custos para as organizações que implementam padrões FSC variariam



dependendo da compensação necessária para impactos sociais negativos e custos de compensação e restauração de áreas florestais, em particular o custo variaria de acordo com o tamanho da área de floresta originalmente convertida. Os custos para o FSC baseiam-se em mudanças nos Princípios e Critério V5 e nos Indicadores Genéricos Internacionais. Este acordo poderia ser caro para as empresas cumprirem.

Alterações:

A membresia reconhece a importância estratégica de abordar as questões concernentes à conversão dos ecossistemas naturais relacionados com a floresta às plantações e a necessidade de alinhamento das diversas formas em que a conversão é tratada em diferentes partes do quadro normativo do FSC.

Os membros exigem que o FSC implemente um mecanismo, com base em trabalhos anteriores, que desenvolvam uma política holística e um tratamento apropriado nos níveis de Princípios, Critérios e Indicadores com orientação para os Grupos Nacionais de Desenvolvimento de Padrões, considerando a compensação pela conversão passada, em termos de:

- a. uma restauração e/ou conservação para valores ambientais; e
- b. restituição de valores socioeconômicos.



Título: Aproveitando os dados de auditoria para melhorar a integridade da garantia, M & A e a proposta de valor para o FSC

Moção Política

Número: GA2017/16

Língua original da moção: Inglês

Proposta por:

Nome: Andrew Heald

Organização: Confor (UK Confederation of Forest Industries)

Câmara: Econômica Norte

E-mail: andrew.heald@confor.org.uk

1) Apoiada por:

Nome: Chris Eves

Organização: Zoological Society of London

Câmara: Ambiental Norte

E-mail: chris.eves@zsl.org

2) Apoiada por:

Nome: Jeanette Clarke

Organização: Individual

Câmara: Social Sul

E-mail: zambezica@icloud.com

Proposta:

Para melhor alavancar o processo de auditoria do manejo florestal FSC (FSC-MF) - com custo ou carga mínima - gerar dados consistentes e acessíveis sobre florestas certificadas pelo FSC necessários para construir sistemas de garantia e acompanhamento e avaliação (M&E) que atendam às demandas para obter evidências sobre os resultados de sustentabilidade e apoiar a melhoria dos padrões de dados. Os dados gerados através deste processo irão apoiar a tomada de decisão do FSC e informar sobre resultados e benefícios, ajudando assim a revigorar a proposta de valor para o FSC.

Moção Política:

Esta moção propõe um conjunto de atualizações para as políticas e sistemas de auditoria, relatórios e gerenciamento de dados do FSC-MF que transformarão os dados de auditoria FSC-MF de um recurso em grande parte desperdiçado para uma nova fonte de valor para o FSC e seus gerentes florestais participantes, os compradores e outras partes interessadas. Isso será feito através da identificação de um conjunto de campos de dados sobre as características da unidade de gestão florestal e o desempenho de sustentabilidade (resultados) - vinculados aos critérios e indicadores do FSC - que podem ser relatados de maneira padrão e consistente



como parte das auditorias e avaliações FSC-MF. Os dados serão armazenados em um novo banco FSC centralizado para que eles possam ser facilmente utilizados para uma variedade de análises e fins de M&E, sujeito a considerações de confidencialidade de dados, para cumprir o Objetivo de Estratégico FSC 3.3.

LINK PARA O PLANO ESTRATÉGICO GLOBAL 2015-2020

Estratégia 1 - Fortalecer a estrutura e governança FSC: CRA 1.2

Estratégia 2 - Aumentar o valor de mercado do FSC: CRA 2.2

Estratégia 3 - Transformar a maneira como trabalhamos o FSC: CRA 3.3

Especificações para implementação:

Para cumprir o Objetivo Estratégico FSC 3.3 ("Até o final de 2018, o FSC pode divulgar de forma abrangente seus benefícios e impactos econômicos, sociais e ambientais) e avançar a Estratégia 2 ("Aumentar o valor de mercado do FSC", entre outras coisas, "promovendo os benefícios tangíveis [da certificação FSC] para florestas e comunidades"), nós, membros do FSC, solicitamos ao FSC até dezembro de 2018:

1. Especificar os requisitos para o relatório padrão de dados selecionados sobre as características da unidade de gerenciamento florestal (UMF) e o desempenho de sustentabilidade (resultados), vinculados aos critérios e indicadores do FSC, como parte das auditorias e avaliações do FSC-MF, desde que estes não adicionem custos mínimos para organismos de certificação (CBs) ou titulares de certificados (CHs). Se necessário, o FSC pode convocar um grupo de trabalho equilibrado por câmara ou um órgão consultivo para analisar os requisitos de relatório propostos, tendo em atenção o custo/benefício das atividades de coleta de dados.
2. Incorporar as especificações desenvolvidas em (1) acima nos modelos de relatório padrão FSC-MF, conforme exigido pela Moção 45, e desenvolver procedimentos de controle de qualidade de dados e CB's associados.
3. Estabelecer um único banco de dados de propriedade do FSC para gerenciar todas as informações derivadas de auditoria na conformidade do nível de critério, ações corretivas e os dados especificados em (1) acima. Estabelecer uma interface CB fácil de usar para minimizar a carga de entrada de dados e uma ferramenta de geração automática de relatórios para minimizar o custo de criação de relatórios de auditoria e avaliação FSC-MF.
4. Utilizar este banco de dados para as seguintes funções:
 - i) aprimorando o monitoramento e avaliação (F&M) do FSC através do desenvolvimento de análises sobre as características e os resultados da UMF, inclusive no cumprimento dos critérios de sucesso da Estratégia FSC 3.3.5 (Os impactos sociais, ambientais e econômicos do FSC são monitorados, avaliados, relatados, amplamente comunicados, e usado para informar a tomada de decisão) e 3.3.6 (As métricas básicas relacionadas às estratégias globais, nacionais e de programas são monitoradas e tornadas acessíveis para as partes interessadas);



ii. melhorar a integridade da auditoria e a segurança baseada em risco, utilizando características de certificados e abordagens de dados importantes para focar e melhorar os esforços de garantia;

iii. melhorar a análise e o desenvolvimento padrão do FSC orientado a dados, analisando sistematicamente as características, desempenho e padrões de não-conformidades da UMF; e

iv. melhorar a proposta de valor do FSC para gerentes florestais, compradores de produtos florestais, governos e outras partes interessadas, analisando o desempenho e as tendências entre grupos de certificados, como cadeias de fornecimento, jurisdições ou nações específicas.

5. Envolver o grupo de trabalho FSC equilibrado na câmara sobre a confidencialidade dos dados e os termos de uso especificados na Moção 45 para desenvolver a confidencialidade de dados e os termos de uso adequados relacionados com as atualizações do sistema FSC acima. Fornecer acesso público a dados selecionados sujeitos a proteções de confidencialidade.

Histórico/Razões:

Na medida do possível, as ações acima devem ser coordenadas e integradas nas iniciativas FSC em curso e planejadas, incluindo revisões para FSC-STD-20-007a e FSC-STD-20-007b, desenvolvimento do Procedimento de Serviços de Ecossistemas e outros para estabelecer sistemas maximamente eficientes que geram e gerenciam dados necessários para fornecer sistemas de garantia e M&A de última geração que ajudam a revigorar a proposição de valor do FSC.

Histórico/Razões:

O Plano Estratégico Global do FSC 2015-2020 exige que o FSC seja capaz de relatar de forma abrangente os benefícios e impactos econômicos, sociais e ambientais do FSC até o final de 2018. Mas dado que atualmente não existe um mecanismo para coletar dados de desempenho sistematicamente no FSC florestas certificadas, é muito pouco provável que este objetivo seja atingido, ausente de novas iniciativas.

A coleta dedicada de dados de monitoramento e avaliação (M&E) em todos ou mesmo em uma amostra representativa de certificados FSC seria proibitivamente caro. Felizmente, há outra opção que provavelmente será viável e econômica. Especificamente, através de alguns ajustes e atualizações do sistema, o mecanismo de auditoria FSC pode ser alavancado para coletar, gerenciar e analisar o tipo de dados de desempenho de nível de certificado necessários para cumprir o Objetivo 3.3. Se for realizado em conjunto com melhorias de eficiência relacionadas, como revisões para FSC-STD-20-007a e FSC-STD-20-007b, isso pode ser feito com pouco ou nenhum custo para os organismos de certificação FSC ou titulares de certificados.

Atualmente, os titulares de certificados FSC são solicitados a fornecer uma grande quantidade de informações como parte do processo de auditoria, enquanto órgãos de certificação e auditores também coletam, revisam e observam uma grande quantidade de dados no



processo de avaliação da conformidade com os critérios e indicadores do FSC. No entanto, a maior parte dessa informação nunca é registrada de forma sistemática: ela permanece nos registros do gerente de floresta, cadernos de auditoria ou memórias, ou é completamente perdida. Na medida em que os dados são gravados, eles são incorporados em relatórios de auditoria longos e mal acessados e raramente são fornecidos em formatos padrão e consistentes.

Atualmente, portanto, esses dados são insuficientes para avaliar os resultados do FSC ou apoiar melhorias direcionadas aos sistemas de garantia FSC. Esses dados também não estão disponíveis para documentar os benefícios de forma a ajudar a reforçar a proposta de valor para a certificação FSC - uma necessidade crítica reconhecida dentro do FSC.

Esta moção propõe um conjunto de atualizações para as políticas e sistemas de auditoria, relatórios e gerenciamento de dados do FSC-FM que transformarão os dados de auditoria FSC-MF de um recurso amplamente desperdiçado para uma nova fonte de valor para o FSC e seus gerentes florestais participantes, os compradores e outras partes interessadas. Isso o fará através da identificação de um conjunto de campos de dados sobre as características da unidade de manejo florestal e o desempenho de sustentabilidade (resultados) - vinculados aos critérios e indicadores do FSC - que podem ser relatados de maneira padrão e consistente como parte das auditorias e avaliações FSC-MF. Os dados serão armazenados em um novo banco FSC centralizado para que eles possam ser facilmente utilizados para uma variedade de análises e fins de M&E, sujeito a considerações de confidencialidade de dados, para cumprir o Objetivo 3.3.

O foco será na compilação de dados que já foram revisados, observados ou coletados como parte do atual processo de auditoria FSC, mas atualmente não são gravados ou não são registrados de forma sistemática e acessível. Esses dados podem incluir, por exemplo, os atributos dos VHC e sua gestão (que os auditores analisam para avaliar a conformidade com o Princípio 9), dados resumidos sobre os níveis salariais do trabalhador (relacionados ao critério 2.4) ou inventário de benefícios para as comunidades locais (relacionado a 4.3). Os campos de dados específicos e os critérios associados ao FSC a serem incluídos serão determinados através do trabalho solicitado por esta moção, com base em perspectivas de diversos participantes do sistema FSC e partes interessadas. Ao se concentrar nos dados existentes em oposição à nova coleta de dados, as atualizações propostas não afetarão significativamente o custo dos processos de auditoria FSC para titulares de certificados ou órgãos de certificação. De fato, ao simplificar a entrada de dados e os sistemas de banco de dados nas formas propostas, os órgãos de certificação podem conseguir novas eficiências e reduzir certos custos dos procedimentos atuais de auditoria.

Ao especificar as etapas práticas para cumprir o Objetivo 3.3 do Plano Estratégico Global do FSC 2015-2020, essa moção modernizará os sistemas de auditoria, gerenciamento de dados e M&E do FSC de maneira necessária para que o FSC demonstre a proposição de valor para sustentabilidade para gerentes florestais, compradores de produtos e outras partes interessadas. Além disso, a disponibilização de dados de desempenho FSC publicamente disponíveis e pesquisáveis (sujeito a requisitos de confidencialidade) suportará a credibilidade



do sistema FSC por meio de maior transparência, de acordo com os requisitos da Moção 45.

Custo para o FSC:

O principal custo é o associado ao estabelecimento e gerenciamento do banco de dados proposto e ao tempo da equipe do FSC para gerenciar o processo de coordenação e consulta. Outras atividades propostas são em grande parte já financiadas ou podem alavancar atividades e processos em andamento.

Cronograma

Dezembro de 2018.

Documento(s) de política a serem revisados/desenvolvidos

Esta proposta propõe um conjunto de atualizações para as políticas de auditoria, relatórios e gerenciamento de dados do FSC-MF e pode ser realizada em paralelo com melhorias de eficiência relacionadas, tais como revisões para FSC-STD-20-007a e FSC-STD-20-007b

Alterações:

Pedimos ao FSC que melhore o relatório de auditoria FSC-MF e os sistemas de gerenciamento de dados para melhor aproveitar os dados já coletados através da auditoria FSC (FSC-MF) - com custo ou carga mínima - para gerar dados consistentes e acessíveis necessários para:

- Apoiar a melhoria de padrões orientada por evidências
- Apoiar e desenvolver auditorias ajustadas ao risco
- Construir sistemas de garantia, monitoramento e avaliação (S&E) de última geração

Os dados gerados apoiarão a tomada de decisão do FSC e permitirão uma melhor avaliação e comunicação dos benefícios da certificação FSC e ajudarão a revigorar a proposição de valor do FSC.



Título: Moção sobre o Clima

Moção Política

Número: GA2017/21

Língua original da moção: Inglês

Proposta por:

Nome: Mike Bekin

Organização: Individual

Câmara: Econômica Norte

E-mail: m.bekin@ecochoice.co.uk

1) Apoiada por:

Nome: Mark Barthel

Organização: Individual

Câmara: Ambiental Norte

E-mail: mark@ecobarts.co.uk

2) Apoiada por:

Nome: Leendert van der Vlist

Organização: Netherlands Centre for Indigenous Peoples

Câmara: Social Norte

E-mail: leo.vandervlist@nciv.net

Proposta:

Reforçar a compreensão e comunicar o papel do FSC no apoio às Partes na Convenção sobre Mudanças Climáticas.

Moção Política:

A mudança climática é a questão ambiental que atrai a maior atenção em escala global, o manejo florestal responsável não é. O FSC deve demonstrar que seu sistema funciona como uma ferramenta eficaz para mitigar as mudanças climáticas antropogênicas.

Ao não relacionar explicitamente o trabalho do FSC com suas contribuições para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, o FSC pode estar perdendo grandes oportunidades para colocar o manejo florestal responsável no centro das políticas públicas, práticas comerciais e estratégias das ONGs. Esta moção procura suprir essa lacuna através do uso de evidências científicas.

Isso deve reforçar a estatura do FSC como a principal autoridade no manejo florestal, permitindo assim que o padrão aumente a conscientização sobre o papel e as soluções disponíveis de seu uso, para apoiar a mitigação da mudança climática global. O investimento



necessário para esclarecer a contribuição do FSC é baixo.

O Plano Estratégico Global do FSC 2015-2020 estabelece o objetivo de aumentar a participação da FSC na área florestal global de 196 milhões de hectares para 400 milhões de hectares. Esta moção apoiará a criação de novas ferramentas políticas e de mercado para aumentar a demanda por produtos certificados pelo FSC.

LINK PARA O PLANO ESTRATÉGICO GLOBAL 2015-2020

Estratégia 1 - Fortalecer a estrutura e governança FSC: CRA 1.2

Estratégia 2 - Aumentar o valor de mercado do FSC: CRA 2.2

Estratégia 3 - Transformar a maneira como trabalhamos o FSC: CRA 3.3

Especificações para implementação:

O enfoque da comunicação da mudança climática se encaixa muito bem com a atual campanha do FSC (Florestas para todos para sempre). No entanto, a estratégia global do FSC ainda não reconhece o potencial de comunicação desta "mensagem climática". Na estratégia de comunicação, as seguintes questões devem ser abordadas:

- 1) 1) Com base nos resultados da revisão da literatura científica, quais as recomendações que o GT pode fazer ao FSC em relação à sua posição para apoiar as Partes na Convenção sobre Mudanças Climáticas?
- 2) Como essas recomendações estão especificamente relacionadas aos Princípios e Critérios do manejo florestal responsável no âmbito do sistema FSC?
- 3) Quais metas e ações de comunicação podem ser desenvolvidas para apoiar o desenvolvimento de uma estratégia de comunicação ousada para o FSC e envolver o debate mais amplo sobre mudanças climáticas globais, sobre o potencial do FSC para apoiar as Partes na Convenção sobre Mudanças Climáticas a cumprir seus compromissos do Acordo de Paris.
- 4) O que as novas ferramentas e mensagens políticas relevantes para o mercado podem ser recomendadas com vista a aumentar a demanda por madeira, produtos e materiais certificados pelo FSC?

Histórico/Razões:

Paralelamente ao início do Acordo da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CCC) em 1992, a comunidade internacional desenvolveu o FSC como um Padrão global para manejar as florestas para atender às necessidades sociais, econômicas, ecológicas, culturais e espirituais das gerações atuais e futuras .

Especificamente, o FSC iniciou o trabalho sobre mudanças climáticas através da Moção



Política 43, ou seja, Assembleia Geral do FSC em 2008, em Cape Town, África do Sul, e a posterior formação do Grupo de Trabalho de Carbono Florestal do FSC (FCWG), levando ao FSC Climate Change Estratégia de Engajamento (<http://bit.ly/2mLvEEh>) em 2011 e a iniciativa baseada em projetos sobre serviços ecossistêmicos para avaliar serviços de ecossistemas (<http://bit.ly/2II7Ssq>).

Ao mesmo tempo, em 2011, as Partes do CCC concordaram em modalidades para governar as mudanças climáticas na mitigação no setor florestal. Os denominados Salvaguardas de Cancun, foram recentemente ratificados no Acordo de Paris de 2016 e entrarão em vigor no período 2020-2030 (<http://bit.ly/2n8fshd>). No Acordo de Paris, as partes se comprometeram a financiar US \$ 100 bilhões para os primeiros cinco anos do Acordo, ou seja, 2020-2025, e concordaram em aplicar um " *ratchet mechanism*", com maiores metas de redução de emissões e financiamento garantido, a cada cinco anos.

Utilizando os resultados de uma análise comparativa da literatura científica, o FSC pode desenvolver uma estratégia de comunicação ousada para envolver o debate sobre mudanças climáticas globais e o potencial do FSC para apoiar as Partes na Convenção sobre Mudanças Climáticas cumprir seus compromissos com o Acordo de Paris . Vice-versa, entendendo como a Convenção do Clima e o FSC estão alinhados pode ainda apoiar a forma como o FSC pode atingir os objetivos do Plano Estratégico Global do FSC. Especificamente, a análise examinará as contribuições do FSC para as salvaguardas de Cancun.

1. O FSC criará um grupo de trabalho equilibrado de câmaras para investigar como pode atender às Salvaguardas de Cancun e como melhor comunicar os impactos da implementação da certificação FSC em relação à Convenção sobre Mudanças Climáticas.
2. O GT proporá recomendações para seu Conselho Diretor Internacional com o objetivo de apoiar o Plano Estratégico do FSC.
3. Sujeito à aprovação do Conselho Diretor Internacional, os resultados devem ser comunicados aos governos, ONGs e outras organizações envolvidas nas negociações sobre mudanças climáticas.
4. O GT trabalhará para redigir um artigo e o enviar para uma revista científica revisada por pares, para considerações.

Custo para o FSC:

A serem estimados.

Cronograma

1. novembro de 2017 a abril de 2018: procurar, analisar e criar um inventário de informações científicas sobre o link FSC-clima.



2. Junho de 2018: conclusão da estratégia de comunicação baseada no clima do FSC.
3. Julho de 2018 em diante: comunicações e mensagens para públicos-alvo identificados e decisores - e avaliação periódica do impacto da nova estratégia de comunicação sobre o crescimento do mercado.

Documento(s) de política a serem revisados/desenvolvidos

Tbd.

Alterações:

1. O FSC encomendará uma revisão da literatura científica, incluindo aquela utilizada pelos Serviços de Ecossistemas do FSC, para investigar como pode ajudar as Partes (governos) a lidar com as Salvaguardas de Cancun.
2. Os resultados da investigação serão aprovados pelo Conselho Diretor Internacional do FSC.
3. Os resultados aprovados devem ser comunicados aos membros do FSC e às Partes na Convenção sobre Mudanças Climáticas.
4. O FSC deve aplicar à UNFCCC para se juntar às discussões sobre Mudanças Climáticas, o que permitirá que a organização trabalhe diretamente com as Partes signatárias (governos).



Título: Avaliações regionais dos impactos da implementação da Moção 65/2014

Moção Política

Número: GA2017/34

Língua original da moção: Inglês

Proposta por:

Nome: Benoit Jobbe Duval

Organização: ATIBT

Câmara: Econômica Norte

E-mail: benoit.jobbeduval@atibt.org

1) Apoiada por:

Nome: Dr Marie Mbolo

Organização: Individual

Câmara: Social Sul

E-mail: mbolo821@gmail.com

2) Apoiada por:

Nome: Mr Elie Olivier Ngoa

Organização:

Câmara: Ambiental Sul

E-mail: elie.ngoa@gfa-group.de

Proposta:

Avaliar os impactos econômicos diretos globais das medidas de gestão e proteção ligadas à implementação da Moção 65 sobre os IFLs das florestas tropicais naturais.

Moção Política:

Realizar uma avaliação dos impactos econômicos diretos das medidas de gestão e proteção associadas à implementação da Moção 65 sobre IFLs na floresta tropical natural.

A avaliação dos impactos econômicos associados à implementação da Moção 65 (incluindo a proteção total de áreas florestais adicionais) deve levar em consideração o seguinte:

- Populações locais, que sofrerão com um declínio dos benefícios econômicos associados aos pagamentos de impostos florestais e ao desenvolvimento local.
- Estados soberanos proprietários de florestas, que verão um declínio na sua tributação florestal (impostos de superfície, taxas de colheita, etc.);
- Empresas florestais, que terão de fazer sacrifícios operacionais para proteger os IFLs e



modificar seu plano de manejo.

LINK PARA O PLANO ESTRATÉGICO GLOBAL 2015-2020

Estratégia 1 - Fortalecer a estrutura e governança FSC: CRA 1.2

Estratégia 2 - Aumentar o valor de mercado do FSC: CRA 2.2

Estratégia 3 - Transformar a maneira como trabalhamos o FSC: CRA 3.3

Especificações para implementação:

Esta avaliação do impacto econômico deverá ser realizada para cada bacia natural da floresta tropical (África, Sudeste Asiático, América do Sul) por uma entidade independente, representativa das diversas partes interessadas envolvidas no manejo florestal. Estará sujeita aos Termos de Referência que serão validados pelo conselho do FSC e os termos de financiamento serão definidos (as possibilidades de co-financiamento serão estudadas para que os custos não sejam suportados somente pelo FSC).

Histórico/Razões:

A implementação da Moção 65 implicará medidas adicionais de manejo e proteção da área florestal. Até a data, o impacto econômico não foi avaliado (conforme previsto no item 5 da Moção 65). Portanto, uma avaliação econômica é imperativa antes que o indicador padrão dessa moção seja aplicado. A viabilidade econômica das atividades florestais deve ser assegurada (Princípio 5).

O modelo florestal em florestas tropicais naturais difere significativamente do modelo industrial de plantação tropical, seja em termos de métodos de exploração madeireira e colheita, impactos ou medidas de proteção.

Hoje, mesmo que o aumento das áreas de superfície certificadas nas florestas tropicais naturais seja um dos principais desafios enfrentados pelo FSC até agora, essas mesmas áreas de superfície não estão crescendo e estão em declínio. A baixa rentabilidade do modelo certificado de exploração madeireira em florestas tropicais naturais é um fator importante.

Qualquer medida adicional de gestão e/ou medidas de proteção no contexto da implementação da Moção 65 poderia prejudicar esse frágil equilíbrio econômico que é difícil de manter. As conseqüências, além de estarem em contradição com a exigência de viabilidade econômica do Princípio 5, seriam desastrosas, não apenas para as populações locais (que se beneficiam do crescimento local graças às empresas florestais locais, mesmo que essas populações estejam aumentando nas várias zonas florestais das bacias tropicais) e para as administrações, mas também para a preservação e proteção das florestas. De fato, as florestas abandonadas por partes interessadas responsáveis pela certificação poderiam ser



submetidas a outras práticas destrutivas, em particular atividades agroindustriais ou mineradoras.

Custo para o FSC:

€ 80 000 por bacia de floresta tropical

Cronograma

Imediato estabelecimento dos Termos de referência, realização da avaliação antes do encerramento de 2018.

Documento(s) de política a serem revisados/desenvolvidos

ADVICE-20-007-018 V1-0: Nota de aconselhamento para a interpretação da cláusula padrão da Moção 65.

Alterações:

Permitir a realização de avaliações regionais dos impactos a curto e longo prazo - positivos e negativos - das medidas de manejo e proteção associadas à implementação da Moção 65/2014 e dos Indicadores Genéricos Internacionais (IGI's), que são o ponto de partida para o desenvolvimento dos Padrões Nacionais. De acordo com o item 5 da moção, essas avaliações devem comparar vários cenários de implementação da Moção 65/2014 e os IGIs e considerar as dimensões ambiental, social e econômica. Será feito um esforço especial para garantir a inclusão de impactos nos povos indígenas, povos tradicionais e comunidades dependentes da floresta nessas avaliações.



Título: Novo IGI para esclarecer que o FPIC deve ser alcançado ao longo do tempo através de um processo mutuamente acordado

Moção Política

Número: GA2017/40

Língua original da moção: Inglês

Proposta por:

Nome: Anders Blom (Membro do Comitê Permanente dos Povos Indígenas do FSC / PIPC)

Organização: Foundation Protect Sápmi

Câmara: Social Norte

E-mail: anders.blom@njalla.com

1) Apoiada por:

Nome: Sean Cadman

Organização: Individual

Câmara: Ambiental Norte

E-mail: sean.cadman@gmail.com

2) Apoiada por:

Nome: Alexandre Boursier

Organização:

Câmara: Econômica Norte

E-mail: alexandre@unforestier.com

Proposta:

Corrigir o idioma de alguns IGIs para remover maus-tratos negativos e desrespeitosos e harmonizar os IGIs com as novas Diretrizes do FPIC.

Moção Política:

Pequenas edições para IGIs relacionadas aos Povos Indígenas, e um novo IGI que permita um processo FPIC mutuamente acordado, valorizando mais a satisfação da comunidade do que a pressão em concluir um acordo de FPIC que atenda o critério 3.3 no momento da próxima auditoria.

LINK PARA O PLANO ESTRATÉGICO GLOBAL 2015-2020

Estratégia 1 - Fortalecer a estrutura e governança FSC: CRA 1.1

Estratégia 2 - Aumentar o valor de mercado do FSC: CRA 2.2



Estratégia 3 - Transformar a maneira como trabalhamos: One FSC: CRA 3.2

Especificações para implementação:

A) 3.1.2: Excluir a palavra "problemas". A redação proposta para o IGI é a seguinte:

3.1.2 Através do * envolvimento culturalmente apropriado * com os Povos Indígenas * identificado em 3.1.1, os seguintes problemas são documentados e/ou mapeados.

B) 3.2.4.2 e 4.2.4.2: Excluir as palavras "sobre as quais estão considerando delegação de controle". A redação proposta para o IGI é a seguinte: 3.2.4.2 e 4.2.4 O consentimento livre, prévio e informado * é concedido pelos Povos Indígenas * / comunidades locais * antes das atividades de gestão que afetam seus direitos identificados através de um processo que inclui:

... 2) Informar os povos indígenas * / comunidades locais * do valor do recurso, em termos econômicos, sociais e ambientais ;, sobre o qual estão considerando a delegação de controle;

C) Critério 9.1 e Definição Glossária de HCVs: eliminar as palavras da última frase de HCV5 e HCV6 "..., identificadas através do envolvimento com essas comunidades ou povos indígenas *". A mudança proposta é a seguinte: 9.1 A Organização *, através do envolvimento * com as partes interessadas afetadas *, incluindo os Povos Indígenas *, as partes interessadas * e outros meios e fontes, devem * avaliar e registrar a presença e o status dos seguintes Valores de Alta Conservação * na Unidade de Gestão *, proporcional à escala, intensidade e risco * dos impactos das atividades de gestão e probabilidade de ocorrência dos Valores de Conservação Elevados *: HCV 5 - Necessidades da comunidade. local e recursos fundamentais para satisfazer as necessidades básicas dessas comunidades * ou Povos Indígenas * (para meios de subsistência, saúde, nutrição, água, etc.), identificados através do envolvimento * com essas comunidades ou Povos Indígenas. HCV 6 - Valores culturais. locais, recursos, habitats * e paisagens * de significado cultural, arqueológico ou histórico global ou nacional e/ou crítico * cultural, ecológico, econômico ou religioso/sagrado para as culturas tradicionais das comunidades locais * ou Povos Indígenas. através do envolvimento * com essas comunidades locais * ou Povos Indígenas.

D) A redação proposta para o novo IGI é a seguinte: 3.2.5 Quando o consentimento ainda não foi concedido, a Organização e as comunidades indígenas/indígenas afetadas estão envolvidas em um processo de FPIC mutuamente acordado que está avançando de boa fé * e com o qual a comunidade está satisfeita. * A boa fé é um termo usado nas convenções da OIT e reconhecido como um elemento auditável: o princípio da boa fé implica que as partes emvidam todos os esforços para chegar a um acordo, conduzir negociações genuínas e construtivas, evitar atrasos nas negociações, respeitar os acordos concluídos e aplicados e dar tempo suficiente para discutir e resolver disputas.

Histórico/Razões:

Para A) acima: A palavra "problemas" tem significados negativos, é sentida como



desrespeitosa e carregada de viés cultural não indígena. O IGI funciona perfeitamente sem isso, como pode ser visto no IGI 4.1.2 que não inclui a palavra "problemas").

Para B) acima: A Frase "sobre a qual eles estão considerando delegação de controle" é altamente controversa, pois, em muitos casos, os Povos Indígenas sentem que não estão em condições de "delegar controle" sobre seus direitos e recursos que foram levados há muitos anos por força e sem consentimento. Na verdade, o FPIC representa uma oportunidade para negociar um certo grau de controle, apoiado pela intenção de mecanismos internacionais como ILO169, UNDRIP e os Princípios e Critérios do FSC.

Para C) acima: Esta classificação pressupõe que os povos indígenas / comunidades locais não têm interesse ou conhecimento em HCV 1-4 e, portanto, leva à exclusão automática por CHs em sua identificação, gerenciamento e monitoramento. O Princípio 9 promove o envolvimento de todas as partes interessadas apropriadas na avaliação e monitoramento de todos os HCVs, e isso também é descrito na guia HCV e FPIC.

Para D) acima: existe uma tensão inerente entre permitir uma comunidade o tempo todo que precisa para negociar livremente e o Critério 3.3 exigindo culminação em um acordo vinculativo. Os membros da comunidade nos testes de campo do FPIC comunicaram que um processo mutuamente acordado, avançando para a satisfação da comunidade pode ser de maior valor do que se apressar para concluir um acordo do FPIC para que o CH cumpra o critério 3.3 no momento da próxima auditoria. Além disso, várias situações são tão complexas com disputas tão enraizadas que simplesmente exigem processos mais longos para manter a integridade. Isso é o que está descrito no rascunho da 2ª versão das Diretrizes FSC do FPIC, mas não há tal acomodação nos IGIs.

O risco de adicionar este IGI está criando uma lacuna que poderia permitir que os CHs expandissem suas negociações com as comunidades sem concluir um acordo vinculativo. O benefício é que isso permitiria a flexibilidade solicitada pelas comunidades, mantendo o direito de dizer 'não' a qualquer momento no processo do FPIC e direcionaria os auditores para investigar a qualidade e a integridade das negociações do FPIC e não restringir o processo apenas num acordo, e capacitá-los a emitir inconformidades quando as comunidades expressaram que não estão mais satisfeitas com o avanço do processo do FPIC.

Custo para o FSC:

zero

Cronograma

31 de dezembro de 2017

Documento(s) de política a serem revisados/desenvolvidos



FSC-STD-60-004 Indicadores genéricos internacionais.

Alterações:

As seguintes pequenas edições para IGI relacionadas aos Povos Indígenas e um novo IGI que permite um processo de FPIC mutuamente acordado, avançando na satisfação da comunidade, do que a pressa para concluir um acordo do FPIC para que o CH cumpra o critério 3.3 no momento da próxima auditoria, especificamente:

A) 3.1.2: Excluir a palavra "problemas". A redação proposta para o IGI é a seguinte: 3.1.2 Através do * envolvimento culturalmente apropriado * com os Povos Indígenas * identificado em 3.1.1, os seguintes são documentados e/ou mapeados.

B) 3.2.4.2 e 4.2.4.2: Excluir as palavras "sobre as quais estão considerando delegação de controle". A redação proposta para o IGI é a seguinte: 3.2.4.2 e 4.2.4 O consentimento livre, prévio e informado * é concedido pelos Povos Indígenas * / comunidades locais * antes das atividades de gestão que afetam seus direitos identificados através de um processo que inclui: ... 2) Informar os povos indígenas * / comunidades locais * do valor do recurso, em termos econômicos, sociais e ambientais;

C) A redação proposta para o novo IGI é a seguinte:

3.2.5 Onde o processo do FPIC ainda não resultou em um acordo do FPIC, a Organização e as comunidades indígenas / indígenas afetadas estão envolvidas em um processo de FPIC mutuamente acordado que está avançando, de boa fé * e com o qual a comunidade está satisfeita .

* A boa fé é um termo usado nas convenções da OIT e reconhecido como um elemento auditável: o princípio da boa fé implica que as partes envidam todos os esforços para chegar a um acordo, conduzir negociações genuínas e construtivas, evitar atrasos nas negociações, respeitar os acordos concluídos e aplicados e dar tempo suficiente para discutir e resolver disputas.



Título: Programa FSC Novas Abordagens como prioridade de alto nível para o avanço da certificação de pequenos e comunitários

Moção Política

Número: GA2017/46

Língua original da moção: Inglês

Proposta por:

Nome: Jussi Ripatti

Organização: Metsäliitto Cooperative

Câmara: Econômica Norte

E-mail: jussi.ripatti@metsagroup.com

3) Apoiada por:

Nome: Lucio Brotto

Organização: Individual

Câmara: Ambiental Norte

E-mail: lucio.brotto@etifor.com

4) Apoiada por:

Nome: Satnam Manhas

Organização: Ecotrust Canada

Câmara: Social Norte

E-mail: satnam@ecotrust.ca

Proposta:

Apoiar o desenvolvimento, teste e implementação de várias ferramentas para melhorar a adaptabilidade do FSC à plantações em pequena escala e fornecer soluções concretas para tornar a certificação FSC acessível aos pequenos produtores..

Moção Política:

O FSC deve preparar um Plano de Ação concreto e alocar os recursos necessários para sua implementação para promover a incorporação do FSC entre os pequenos produtores. O Plano de Ação ajudará a alcançar isso apoiando o desenvolvimento, teste e implementação de diversas ferramentas para melhorar a adaptabilidade do FSC à plantação em pequena escala. O Plano de Ação deve basear-se no trabalho em andamento e nas experiências do grupo de trabalho de Novas Abordagens e do Padrão para Comunidades. No entanto, também deve permitir a introdução e o teste de novas soluções e ferramentas inovadoras. O Plano de Ação reconhece as diferenças de ecossistemas florestais, silvicultura, propriedade florestal e oportunidades de mercado em diferentes partes do mundo e permite a introdução e teste de modelos e soluções diferentes e adaptáveis localmente.



LINK PARA O PLANO ESTRATÉGICO GLOBAL 2015-2020

Estratégia 1 - Fortalecer o quadro e a governança do FSC: CRA 1.1, CRA 1.2

Estratégia 2 - Aumentar o valor de mercado do FSC: CRA 2.2, CRA 2.3

Estratégia 3 - Transformar a maneira como trabalhamos: um FSC: CRA 3.3

Especificações para implementação:

Soluções potenciais devem se aplicar a toda a gama de aspectos de certificação, ou seja, dos requisitos de certificação de manejo florestal e do papel dos pequenos produtores em sua realização aos procedimentos de auditoria. O Plano de Ação também deve contribuir e beneficiar o trabalho do FSC sobre a abordagem baseada em risco, apoiando a busca de soluções efetivas e funcionais baseadas em risco para pequenos produtores. Um elemento central do plano de ação consistiria em desenvolver oportunidades de mercado. A cooperação transfronteiriça deve ser encorajada ao configurar e testar ações e modelos.

Histórico/Razões:

Em muitas partes do mundo, a maioria das florestas de propriedade privada são constituídas por propriedades florestais muito pequenas, que geralmente não compreendem mais do que alguns hectares. Mesmo assim, consideradas como um todo, elas podem representar uma porcentagem significativa da cobertura florestal total em um país e, como tal, são de grande importância ambiental e social. De acordo com a estimativa da International Family Forestry Alliance, existem globalmente mais de 25 milhões de proprietários de florestas familiares. Uma grande maioria é de pequenos proprietários. Apesar do papel crucial dos pequenos proprietários na gestão sustentável das florestas do mundo e o grande potencial que têm para a expansão do FSC, o FSC não conseguiu levar os pequenos produtores no âmbito da certificação FSC. Uma mudança só é possível se o FSC prestar atenção às necessidades específicas dos pequenos proprietários e começar a procurar ativamente soluções de certificação viáveis que abordem os principais desafios à certificação dos pequenos proprietários. Após vários movimentos relacionados aos pequenos proprietários adotados nas últimas Assembleias Gerais, o FSC ainda não tem um plano claro, ferramentas e recursos concretos para apoiar a certificação dos pequenos produtores. O Plano de Ação proposto visa abordar isso.

A justificativa para o Plano de Ação pode ser encontrada em várias partes do Plano Estratégico Global:

- Para atender à crescente demanda global por produtos florestais e serviços ecossistêmicos, o FSC continua a ser relevante e efetivo na configuração e aplicação de padrões para toda a gama de tipos de floresta (1.1.6)



- Políticas e padrões permitem a relevância local dentro de um contexto mais amplo de consistência e credibilidade (1.2.1)

- O FSC avaliou completamente os pontos de intervenção e os obstáculos mais significativos para a aceitação da certificação de manejo florestal (2.2.2)

- O FSC desenvolve novas ferramentas que capacitam e proporcionam maiores benefícios aos pequenos proprietários (2.3.3)

Custos para o FSC:

Depende da extensão e duração do Plano de Ação. Para o período inter-GA 2018-2020, um orçamento total de US \$ 1.000 000 deve ser reservado. O orçamento abrangeria vários custos relacionados ao aprimoramento da certificação de pequenos produtores, tais como pesquisas /estudos sobre possíveis novas abordagens, desenvolvimento e controle de ferramentas potenciais, bem como o aprimoramento de sua implementação.

Cronograma

Concluído antes da próxima AG em 2020. Devido à longa perspectiva de desenvolvimento, teste e controle de possíveis modelos e ferramentas e o trabalho já realizado nos últimos anos, o trabalho com o Plano de Ação deve começar imediatamente após o GA de Vancouver e, o mais tardar, durante o primeiro trimestre de 2018.

Documento(s) de política a serem revisados/desenvolvidos

Dependendo das ferramentas a serem desenvolvidas, mas provavelmente serão necessárias revisões múltiplas e também novos documentos para ter um impacto holístico. Serão necessárias alterações ao pelo menos o padrão FSC para entidades de grupo em grupos de gerenciamento florestal e outros padrões relacionados à certificação de grupo.

Alterações:

Priorizar a implementação do programa Fins New Approaches, incluindo a comunicação de progresso e resultados, com ênfase nas ações básicas dentro desse programa necessárias para significar avançar a capacidade dos pequenos e comunitários de acessar, manter e capturar os benefícios da certificação FSC. Tais ações incluem:

- avaliação em campo, aprovação e implementação internacional da ferramenta de certificação comunitária (conforme Moção 83/2014;



- desenvolvimento e implementação de um esquema de certificação de contratação; e, exploração e implementação de outros mecanismos para melhorar o acesso dos pequenos nos países onde a certificação contratada não é considerada apropriada;
- revisão do padrão de certificação em grupo, incluindo uma avaliação abrangente do padrão atual para identificar pontos fortes/fracos e possíveis barreiras que poderiam ser removidas e desenvolvimento de soluções e ferramentas para melhorar a certificação em grupo (por exemplo, simplificação, aplicação de certificação contratada e abordagem baseada em risco em grupo, contexto de certificação, etc.);
- Uma estratégia robusta para desenvolver e melhorar o acesso aos mercados de produtos florestais e serviços derivados de pequenos agricultores e comunidades, incluindo a criação de incentivos reais para empresas certificadas para aumentar a captação dos pequenos e comunitários em sua cadeia de abastecimento;
- Acompanhar rapidamente a exploração e a aceitação em todo o sistema de abordagens baseadas em risco para pequenos e comunitários;
- Apoio aos Grupos Nacionais de Desenvolvimento Padrão para garantir que todo o potencial das considerações de Escala, Intensidade e Risco (SIR) resulte em padrões simplificados para pequenos proprietários, particularmente para proprietários de florestas muito pequenas (limites a serem decididos a nível nacional); As considerações de Intensidade e Risco (SIR) resultam em padrões simplificados para pequenos produtores;
- Um estudo dos custos associados ao processo de auditoria de certificação dos pequenos produtores e recomendações para tornar o processo mais rentável, incluindo potencial financeiro mecanismos de implementação e verificação (isto pode ser incluído no estudo de tipologias de pequenos produtores e recomendações do processo de desenvolvimento do Padrão Comunitário).

Embora mantendo o seu compromisso de recursos de forma eficaz e implementando o Programa de Novas Abordagens, o FSC também deve incorporar os seguintes elementos na sua abordagem:

- Uma estratégia de comunicação que vise pequenos produtores, gerentes de grupo, comunidades, órgãos de certificação e outros profissionais, e que inclua orientações amigáveis, melhores práticas, modelos e outras técnicas voltadas para a rápida adoção e difusão da inovação;
- Uma estratégia de parceria que serve para criar e desenvolver relacionamentos com outras organizações que trabalham para ou com pequenos e comunitários florestais, visando a criação de sinergias e o avanço da certificação e benefícios para os grupos-alvo;
- Conduzir uma série de projetos experimentais ou pilotos em países selecionados, de



preferência em colaboração com outras organizações, conforme descrito acima, para avaliar a viabilidade de diferentes abordagens;

- Investigar os prós e contras e o potencial de inclusão sobre os elementos dos serviços ecossistêmicos nas novas abordagens (por exemplo, como um padrão autônomo, combinado com o padrão Comunitário ou como um anexo separado ao padrão MF);
- Pesquisa sobre como o sistema FSC pode aumentar a confiança dos investidores responsáveis e seu engajamento com os produtos e serviços fornecidos pelos pequenos proprietários e comunidades com certificação FSC.



Título: Celeridade na efetivação Plano de Implementação 2017-2020 de Produtos florestais não madeireiros (PFNM)

Moção Política

Número: GA2017/48

Língua original da moção: Inglês

Proposta por:

Nome: Dr D.P.S. Verma

Organização: Individual

Câmara: Social Sul

E-mail: dpsverma@gmail.com

1) Apoiada por:

Nome: Greg Hall

Organização: Individual

Câmara: Ambiental Norte

E-mail: greghall@brushbox.info

2) Apoiada por:

Nome: Mr Yaswanth Gatta

Organização: Individual

Câmara: Econômica Sul

E-mail: yaswanth.venkat@gmail.com

Proposta:

Para garantir uma ação verdadeiramente significativa é necessário que haja uma real melhoria na certificação de PFNM mundialmente e sobre uma variedade de produtos e demonstrar que o FSC pode realmente beneficiar os pequenos produtores florestais, comunitários e indígenas para certificar e comercializar seus PFNM.

Moção Política:

O FSC deve priorizar os produtos florestais não madeireiros (PFNM) no plano de implementação 2017-2020 e demonstrar que desenvolveu ferramentas novas e bem sucedidas para auxiliar a certificação e comercialização de PFNM.



LINK PARA O PLANO ESTRATÉGICO GLOBAL 2015-2020

Estratégia 1 - Fortalecer a estrutura e a governança do FSC: CRA 1.1, CRA 1.2, CRA 1.3, CRA 1.4

Estratégia 2 - Aumento do valor de mercado do FSC: CRA 2.1, CRA 2.2, CRA 2.3

Estratégia 3 - Transformar a maneira como trabalhamos: Um FSC: CRA 3.2

Especificações para implementação:

Será desenvolvida uma metodologia para certificação de PFNM que pode ser facilmente traduzida para o contexto local e para PFNM locais e demonstrada em todas as regiões. O sucesso da metodologia será evidenciado através de estudos-piloto em todas as regiões e os Padrões e Orientações do FSC serão desenvolvidos conforme necessário. Esta etapa do processo estará concluída em abril de 2019.

Histórico/Razões:

Foi muito decepcionante para pequenos, comunitários e indígenas que as ações relacionadas à Moção 58 tenham sido adiadas. A Moção 58, na Assembleia Geral de 2014, solicitou ao FSC para pesquisar, propor e implementar soluções para os problemas enfrentados pelos proprietários florestais que procuram certificar e comercializar PFNM. A Moção instou o FSC a informar sobre o progresso em sua próxima AG, em 2017.

Esta é uma área crítica para muitos proprietários florestais, especialmente os proprietários florestais comunitários e indígenas. Ser capaz de comercializar PFNM permite que os proprietários da floresta reduzam sua dependência de produtos madeireiros e produzam resultados muito melhores para toda a floresta, bem como o bem-estar das comunidades. Por exemplo, ao comercializar culturas anuais como o bambu, plantas medicinais e ervas, as comunidades permitem uma maior permanência das árvores nas florestas, evitando assim pressão comercial destas espécies.

Uma decisão foi tomada no final de 2016 para adiar a ação sobre PFNM. Enquanto o escritório regional da América Latina empreendeu algumas iniciativas, isso deve ser significativamente melhorado tanto a nível regional como no âmbito dos tipos de PFNM para atender às necessidades das comunidades, o objetivo da moção aprovada pela Assembleia Geral e os Compromissos e Critérios do Plano Estratégico, especialmente 1.1, 1.2.1, 1.3.3, todos 1.4, 2.1.4, 2.2 e todos 2.3. O critério 3.2 também é relevante, especialmente 3.2.3

Custos para o FSC:

Tdb.



Cronograma

Abril de 2019 - veja as especificações para a implementação acima

Documento(s) de política a serem revisados/desenvolvidos

Dependendo do desenvolvimento do projeto, a revisão do IGLs - FSC-STD-60-004 V1-0 PT pode ser necessária. É muito provável que sejam necessários documentos de orientação e revisão da Diretiva FSC sobre avaliações de gerenciamento florestal do FSC: FSC-DIR-20-007 PT.



Título: Garantir que o Sistema de Madeira Controlada seja funcional e credível até que uma estratégia esteja em vigor

Moção Política

Número: GA2017/56

Língua original da moção: Inglês

Proposta por:

Nome: Sean Cadman

Organização: Individual

Câmara: Ambiental Norte

E-mail: sean.cadman@gmail.com

5) Apoiada por:

Nome: Kevin O,Grady

Organização: Individual

Câmara: Econômica Norte

E-mail: kopinnacle@gmail.co

6) Apoiada por:

Nome: Juan Carlos Ocampo Zamora

Organização: (PIPC)

Câmara: Social Sul

E-mail: juan.butku@gmail.com

Proposta:

Na ausência disto, existe um claro perigo de que o sistema revisado, apesar de suas limitações, não será totalmente implementado, colocando riscos muito elevados para a integridade do sistema. Os riscos para o FSC incluem:

- Risco de reputação para a marca FSC - FSC é percebido por muitos como o "padrão-ouro" da certificação Florestal.
- Perda maciça de suporte para o FSC das 3 câmaras, especialmente aqueles que trabalharam arduamente para produzir padrões nacionais de alta qualidade, ao constatarem um sistema de Madeira Controlada mal implementado.



Moção Política:

A membresia assevera que os padrões aprovados para o desenvolvimento das avaliações nacionais de risco e as novas normas de auditoria em Madeira Controlada e Relatórios Relacionados sejam implementados na íntegra e que o uso de avaliações de risco realizadas pelas empresas/organizações não sejam mais permitidas para além de 1º de janeiro de 2018. Em circunstâncias excepcionais, nos países onde o risco não pode ser avaliado, pode ser considerado permitir a avaliação de risco sub-regional e/ou a especificação sub-regional de risco até o nível da UMF, desde que seja aceitável e envolva as partes interessadas, como sendo capazes de mitigar ou controlar os riscos.

LINK PARA O PLANO ESTRATÉGICO GLOBAL 2015-2020

Estratégia 1 - Fortalecer o quadro e a governança do FSC: CRA 1.1, CRA 1.2

Estratégia 2 - Aumentar o valor de mercado do FSC: CRA 2.2, CRA 2.3

Estratégia 3 - Transformar a maneira como trabalhamos: Um FSC: CRA 3.1

Especificações para implementação:

Para dar efeito a esta ação, o FSC assegurará que todas as avaliações nacionais de risco centralizadas ou as avaliações nacionais de riscos sejam implementadas até 1º de janeiro de 2018. Nos países onde isso não ocorrer, a madeira controlada não será mais acessível. A estratégia de madeira controlada deve considerar uma gama completa de opções, o que exigiu uma continuação do processo para além das propostas feitas na reunião de partes interessadas em agosto de 2017. Uma data de finalização em 2019 poderá ser considerada.

Histórico/Razões:

As avaliações de risco realizadas por empresas/organizações para acessar madeira controlada deveriam ser eliminadas até 2012, o prazo para isso foi mudado muitas vezes. Isso teve um sério impacto na credibilidade do FSC e do sistema de Madeira Controlada. Além disso, tem havido constantes tentativas de enfraquecer a implementação do novo sistema com respeito, particularmente para acessar madeira de IFL e exigência do FPIC. Como resultados, há muitos que acreditam que o sistema falhou e deve ser abandonado. A membresia precisa mostrar claramente que, enquanto o sistema existe, ele precisa ser credível e quando uma estratégia está sendo desenvolvida, todas as opções devem estar na mesa.

Custos para o FSC:



Os custos economizarão a perda da credibilidade de todo o sistema FSC.

Cronograma

Janeiro de 2018.

Documento(s) de política a serem revisados/desenvolvidos

NA.

Alterações/Emendas:

1 Implementação do novo sistema e padrões:

A membresia assevera que os padrões aprovados para o desenvolvimento das avaliações nacionais de risco e os novos padrões de madeira controlada e auditoria relacionados devem ser implementados na íntegra, sem o uso de avaliações de risco baseadas em empresas/organizações permitidas para além de 1º de janeiro de 2019. Será feita uma exceção onde a PSU recebeu, mas não processou um CNRA e ou uma ANR antes desta data. A membresia espera que os recursos necessários para implementar isso sejam disponibilizados e as atualizações sobre o progresso claramente relatadas.

2 Desenvolvimento da estratégia de madeira controlada:

Todo o espectro de possíveis resultados de eliminação de Madeira Controlada e continuação de seu uso deve ser considerado de forma justa durante o processo de desenvolvimento da estratégia de madeira controlada. Após um mês da AG de 2017, será criada uma pequena equipe que representa as três câmaras e a diversidade de perspectivas para auxiliar o secretariado na preparação da reunião de estratégia de Madeira Controlada que será realizada em junho de 2018.

A equipe facilitará a comunicação e o compartilhamento de informações. O FSC deve fornecer os recursos necessários para apoiar o processo compreendido entre a AG e a reunião de estratégia de Madeira Controlada. A seleção dos participantes na reunião da estratégia de Madeira Controlada e a justificativa para sua seleção devem ser abertas e transparentes e resultarão em um equilíbrio entre as partes interessadas em todos o espectros de opinião. A estratégia decorrente da reunião deve ser disponibilizada para consulta da membresia antes de ser submetida ao Conselho para aprovação.

Para apoiar o processo de desenvolvimento da estratégia CW, o FSC deve, com carácter de



urgência, obter e fornecer dados necessários para suportar a tomada de decisões sólidas. A natureza desses dados e o prazo razoável em que pode ser produzido devem ser elaborados entre a equipe e o secretariado na primeira etapa do processo.



Título: Certificação Avaliação Integridade e Credibilidade

Moção Política

Número: GA2017/61

Língua original da moção: Inglês

Proposta por:

Nome: Keith Moore

Organização: Individual

Câmara: Econômica Norte

E-mail: mrm@qcislands.net

7) Apoiada por:

Nome: Grant Rosoman

Organização: Greenpeace New Zealand

Câmara: Ambiental Norte

E-mail: grosoman@greenpeace.org

8) Apoiada por:

Nome: Luis Astorga

Organização:

Câmara: Social Sul

E-mail: luisastorga@bosquenativo.cl

Proposta:

Para fortalecer a independência e a objetividade das avaliações de certificação, em particular através da resolução de conflitos de interesse entre o CB e a organização que estão avaliando.

Moção Política:

Dentro de 6 meses, o FSC realiza uma avaliação independente de uma série de opções que mudarão a decisão sobre a seleção de um órgão de certificação da Organização contratando o CB e sendo auditadas por uma terceira parte neutra. Uma opção/abordagem será então testada, o que garante que os Organismos de Certificação sejam totalmente independentes da Organização, sem conflitos de interesses (incluindo financeiros) e pressões para comprometer o rigor da auditoria e capazes de fornecer relatórios de auditoria objetivos e resultados para manter a integridade de o sistema FSC



LINK PARA O PLANO ESTRATÉGICO GLOBAL 2015-2020

Estratégia 1 - Fortalecer o quadro e a governança do FSC: CRA 1.1, CRA 1.2

Estratégia 2 - Aumentar o valor de mercado do FSC: CRA 2.2, CRA 2.3

Estratégia 3 - Transformar a maneira como trabalhamos: Um FSC: CRA 3.1

Especificações para implementação:

Avaliação independente realizada por uma equipe multidisciplinar de especialistas. Piloto realizado pela ASI e FSC. Colaboração a ser considerada com outros sistemas de certificação, como a RSPO, para compartilhar esforços e custos de avaliação e controle.

Histórico/Razões:

A objetividade e a independência estão no coração da auditoria de terceiros. Embora existam requisitos para os CABs para abordar estes, como na ISO 17065 ou ISO 17021, continua a haver uma fragilidade que prejudica a integridade e a credibilidade da avaliação da certificação FSC - a do conflito de interesses e da ligação financeira do CAB à organização que dos auditores, minando a independência e a qualidade dos resultados da auditoria. Com a proliferação de CABs credenciadas para realizar avaliações de certificação do FSC, há muitos anos há uma tendência a competir em preços e não em qualidade de auditoria e resultados. Esta moção visa abordar essa fragilidade do sistema através da pesquisa de abordagens alternativas inovadoras que podem ser usadas para testar a viabilidade e o impacto.

Um estudo de campo experimental de dois anos na Índia demonstrou que esse conflito de interesses corrompeu a provisão de informações para as empresas clientes e prejudicou a aplicação de padrões em comparação com as auditorias que foram pagas a partir de um pool central de fundos. <http://emlab.berkeley.edu/~webfac/auerbach/duflo.pdf> "O monitoramento e os incentivos influenciam fortemente o comportamento do auditor e da empresa". Relativo aos auditores designados para as empresas e pagos por um fundo central, os auditores escolhidos e pagos diretamente por clientes da empresa "são muito mais propensos a reportar falsamente [clientes] como apenas cumprindo os limites regulatórios". Após dois anos, os clientes cujas auditorias foram pagas com base em um fundo comum foram encontrados para melhor cumprir os padrões de auditoria e, igualmente importante, para ter reduzido significativamente seus impactos ambientais.

Há, naturalmente, outros pontos fracos que afetam a integridade e a qualidade das auditorias, como a habitualidade dos auditores à organização que estão sendo auditadas, a competência do auditor que é suficiente para combinar as complexas situações de auditoria, a falta de transparência das avaliações e a relutância do auditor e do CB. para criticar seus clientes por razões culturais e financeiras ("mordendo a mão que as alimenta"). Esta moção não prejudica



ou exclui todas as tentativas que devem ser feitas para abordar essas questões em paralelo

com essa avaliação sistemática de mudanças, como a alternância obrigatória de CB. Após o colapso financeiro em 2008, o sistema bancário da UE adotou a alternância do auditor para melhorar a independência das auditorias <http://www.pwc.com/gx/en/services/audit-assurance/publications/eu-audit-reform-legislation.html>

Custos para o FSC:

Tdb.

Cronograma

Avaliação concluída dentro de 12 meses da AG. Piloto iniciado após isto e dentro de 18 meses da AG.

Documento(s) de política a serem revisados/desenvolvidos

Os sistemas de credenciamento e certificação mudam. Documentos específicos tbd.



Título: Moção estatutária para rever e revisar critérios de associação para alocação de câmara e desenvolvimento de um protocolo

Moção Estatutária

Número: GA2017/62

Língua original da moção: Inglês

Proposta por:

Nome: Grupo de Trabalho de Revisão da Governança do FSC (GRWG)

Organização: GT

Câmara:

E-mail:

9) Apoiada por:

Nome: Grupo de Trabalho de Revisão da Governança do FSC (GRWG)

Organização: GT

Câmara:

E-mail:

10) Apoiada por:

Nome: Grupo de Trabalho de Revisão da Governança do FSC (GRWG)

Organização: GT

Câmara:

E-mail:

Proposta:

Esclarecer os critérios e o processo de alocação da câmara para aumentar os níveis de transparência e responsabilidade..

Moção Estatutária:

Moção Estatutária (alteração do Estatuto): Cláusula 20, último parágrafo: "Em caso de dúvida, o Conselho terá a palavra final ..." alterar para o seguinte: "Será estabelecido um protocolo de associação para orientar as decisões do Conselho sobre se um membro ... "

Especificações para implementação:

No final de 2018, o Secretariado do FSC fará uma revisão dos critérios de adesão para a alocação de câmara e desenvolverá um protocolo de alocação de câmara a ser aprovado pela membresia. A revisão deve considerar uma análise dos critérios para cada câmara e reunir



esclarecimentos adicionais para incluir, mas não limitar, o seguinte:

- a) consultores nas três câmaras
- b) critérios de alocação de cooperativas, pequenos produtores e organizações governamentais, entre outros.

O protocolo deve dar clareza para a implementação, o processo de tomada de decisão e apoiar a decisão do BoD nesta matéria..

Histórico/Razões:

A estratégia do FSC estabeleceu como prioridade o avanço na governança e no envolvimento (CRA 1.3). Atrair as principais partes interessadas para contribuir para a realização da missão do FSC como membros é fundamental para garantir florestas para todos para sempre. Nos últimos anos, a diversidade de organizações e pessoas interessadas em tornar-se membros do FSC cresceu e os critérios estabelecidos no estatuto não são suficientemente claros é necessária maior especificação para alocar membros em suas respectivas câmaras, com essa diversidade, existe a necessidade de definir melhores os limites para cada categoria para garantir o equilíbrio de câmaras do FSC.

Além disso, um protocolo aumentará os níveis de transparência no processo de tomada de decisão. Este protocolo também pode acelerar os processos administrativos, fornecendo orientações claras para o Secretariado e orientando a última opinião do Conselho de Administração.



Título: Assegurar que as decisões estratégicas sobre a rede FSC sejam direcionadas e avaliadas

Moção Estatutária

Número: GA2017/63

Língua original da moção: Inglês

Proposta por:

Nome: Grupo de Trabalho de Revisão da Governança do FSC (GRWG)

Organização: GT

Câmara:

E-mail:

11) Apoiada por:

Nome: Grupo de Trabalho de Revisão da Governança do FSC (GRWG)

Organização: GT

Câmara:

E-mail:

12) Apoiada por:

Nome: Grupo de Trabalho de Revisão da Governança do FSC (GRWG)

Organização: GT

Câmara:

E-mail:

Proposta:

Realizar o desenvolvimento estratégico da Rede FSC sob responsabilidade explícita do Conselho de Administração.

Moção Estatutária:

O FSC deve adicionar ao Artigo 38 do Estatuto a seguinte frase: A direção estratégica, incluindo as decisões sobre desenvolvimento e definição de prioridades da rede FSC, será determinada e avaliada pelo Conselho de Administração.

**TÍTULO SEIS
A REDE FSC**

TRIGÉSIMA OITAVA. A Organização deve encorajar e apoiar os escritórios nacionais e outros Parceiros da Rede, listados abaixo, que estão em conformidade com o propósito e a missão da Organização. Os objetivos são descentralizar o trabalho da Organização e incentivar a participação local de forma consistente com a estrutura e o objetivo da Organização. A direção estratégica, incluindo as decisões sobre desenvolvimento e definição de prioridades da rede



FSC, será determinada e avaliada pelo Conselho de Administração. As diretrizes e os requisitos mínimos para os escritórios nacionais devem ser preparados e publicados pela Secretaria e exigirão que os Parceiros da Rede busquem o consenso em suas decisões. Essas decisões devem ser tomadas de forma a demonstrar o suporte de cada câmara seguindo o modelo de câmara descrito nas Cláusulas Dezenove e Vinte e conforme definido pela Organização. Se o corpo de uma organização for estabelecido em um país, ele deve enquadrar-se em uma das seguintes categorias.

Histórico/Razões:

O desenvolvimento da Rede FSC provou ser uma tarefa desafiadora, conforme exemplo das regiões África, Ásia, e também em alguns casos na América Latina e mesmo na Europa. O FSC tem uma visão e missão global e, no Plano Estratégico, as aspirações globais do FSC são reafirmadas. Deve ser esclarecido e reforçado pelo estatuto que o Conselho de Administração tem a responsabilidade e autoridade para direcionar e avaliar o trabalho sobre o desenvolvimento da Rede. Isso permitirá que o FSC tenha seu maior órgão representativo melhor envolvido na orientação do desenvolvimento global do FSC.



Título: Estabelecer um Sistema de Auditoria Interna

Moção Política

Número: GA2017/67

Língua original da moção: Inglês

Proposta por:

Nome: Grupo de Trabalho de Revisão da Governança do FSC (GRWG)

Organização: GT

Câmara:

E-mail:

13) Apoiada por:

Nome: Grupo de Trabalho de Revisão da Governança do FSC (GRWG)

Organização: GT

Câmara:

E-mail:

14) Apoiada por:

Nome: Grupo de Trabalho de Revisão da Governança do FSC (GRWG)

Organização: GT

Câmara:

E-mail:

Proposta:

Proporcionar uma supervisão e responsabilidade permanentes no sistema FSC como um todo, estabelecendo um Sistema de Auditoria Interna sistemático..

Moção Política:

O Grupo de Trabalho de Revisão de Governança do FSC propõe que o FSC estabeleça um sistema para realizar auditoria interna sistemática incorporada na Unidade de Garantia da Qualidade. O objetivo é promover boas práticas de gestão. O sistema deve ter como objetivo fornecer informações e dados para ajudar no controle sobre o Conselho e a Secretaria e sobre a implementação de planos e políticas.

LINK PARA O PLANO ESTRATÉGICO GLOBAL 2015-2020

Estratégia 1 - Fortalecer a estrutura e governança FSC: CRA 1.2

Estratégia 2 - Aumentar o valor de mercado do FSC: CRA 2.2



Estratégia 3 - Transformar a maneira como trabalhamos: um FSC: CRA 3.3
Especificações para implementação

1. Que uma seção de auditoria interna seja estabelecida na Unidade de Garantia de Qualidade do FSC.
2. Que a Unidade de Auditoria Interna estabeleça e implemente um sistema de auditoria interna que monitore e forneça informações e dados baseados em evidências de políticas e planos chave do FSC.
3. Que os resultados sejam publicados anualmente e disponibilizados para os membros..
4. Que os resultados sejam fornecidos ao Conselho e ao Diretor-Geral do FSC.
5. Que os resultados sejam fornecidos a um Comitê de Escrutínio recentemente constituído (veja a moção separada no xx).
6. Que o trabalho da Unidade de Auditoria Interna seja guiado pelo novo Comitê de Escrutínio.

Histórico/Razões:

O FSC possui uma estrutura complexa com decisões e planos de trabalho a serem desenvolvidos em diferentes níveis, incluindo (embora não limitando a Assembleia Geral do FSC; Do Conselho de Administração; O Secretariado do FSC; Escritórios regionais e nacionais. Neste contexto, manter uma visão geral holística do desempenho em relação a políticas e planos é um desafio, como é demonstrado para a adesão que as moções acordadas estão sendo implementadas. Esta proposta visa fornecer a base para o monitoramento baseado em evidências de políticas e planos para fornecer informações de gerenciamento efetivas e transparentes.

Cronograma

31 de dezembro de 2018.

Documento (s) de política a ser revisado / desenvolvido

Nenhum conhecido

Emendas/Alterações

O Grupo de Trabalho de Revisão da Governança do FSC propõe que o FSC estabeleça um sistema para realizar auditoria interna sistemática e independente com padrões internacionalmente reconhecidos. O objetivo é promover boas práticas de gestão e assegurar a implementação de princípios de boa governança. O sistema deve ter como objetivo fornecer informações e dados para ajudar na avaliação do desempenho da Diretoria e da Secretaria e na implementação de planos e políticas e fornecer informações aos membros.



Título: Fase II da Revisão de Governança

Moção Política

Número: GA2017/69

Língua original da moção: Inglês

Proposta por:

Nome: Grupo de Trabalho de Revisão da Governança do FSC (GRWG)

Organização: GT

Câmara:

E-mail:

15) Apoiada por:

Nome: Grupo de Trabalho de Revisão da Governança do FSC (GRWG)

Organização: GT

Câmara:

E-mail:

16) Apoiada por:

Nome: Grupo de Trabalho de Revisão da Governança do FSC (GRWG)

Organização: GT

Câmara:

E-mail:

Proposta:

Para continuar o diálogo em curso sobre como nossa governança poderia e deveria evoluir para tornar-se mais efetiva e receptiva à medida que cresce e se desenvolve, além de acompanhar a análise e avaliação das recomendações dadas.

Moção Política:

A adesão ao FSC recomenda a continuação da revisão da governança. Isso deve incluir:

a) exploração adicional de futuras estruturas de governança para permitir que o FSC construa e fortaleça os níveis de engajamento e participação dos membros à medida que a organização cresce, incluindo uma análise das implicações da participação representativa potencialmente expansiva.

b) acompanhar a implementação das recomendações dadas pelo Grupo de Trabalho, acordadas pelo Conselho de Administração e as moções do GRWG aprovadas pelos membros, de acordo com os princípios da boa governança.



LINK PARA O PLANO ESTRATÉGICO GLOBAL 2015-2020

Estratégia 1 - Fortalecer a estrutura e governança FSC: CRA 1.2

Estratégia 2 - Aumentar o valor de mercado do FSC: CRA 2.2

Estratégia 3 - Transformar a maneira como trabalhamos: um FSC: CRA 3.3

Especificações para implementação

Este trabalho deve ser supervisionado pelo conselho de administração eleito e assistido por consultores de governança profissionais e deve assegurar a participação e a interação com os membros para permitir uma reflexão proativa e interativa dos resultados e das propostas.

Histórico/Razões:

No processo de implementação da Moção 42, surgiram vários problemas, onde uma análise mais profunda foi necessária, o Grupo de Trabalho de Revisão de Governança só teve 15 meses em vez dos três anos propostos para considerar uma grande variedade de questões e ideias e acreditamos que uma maior consideração é necessária para analisar corretamente os desafios pendentes e os futuros modelos de governança.

O FSC possui uma estrutura democrática exclusiva de baixo para cima e de cima para baixo que combina democracia direta (membros votantes na AG) e democracia indireta (membros de conselho eleitos e grupos de trabalho equilibrados em câmara). Foi uma mistura poderosa que nos levou até onde estamos, mas como o FSC cresceu, enfrenta desafios reais para manter o nível de engajamento e o diálogo face a face que era possível há vinte anos, quando todos se conheciam uns aos outros.

Porque o engajamento ainda é importante: o FSC tem mais de 1000 membros, mas apenas um pequeno subconjunto de membros está ativamente envolvido e alguns grupos são muito melhores para influenciar a organização do que outros. Como exemplo, na revisão de governança atual, menos de 10% da membresia expressou suas opiniões, isso significa que 10% dos membros têm uma grande influência e que 90% dos membros não têm influência e nenhuma representação real no processo. À medida que o FSC cresce, torna-se cada vez mais difícil chegar ao quórum nas eleições e outros votos, mesmo na Assembleia Geral, que é a única instância a cada três anos, quando um número significativo de membros se envolve na tomada de decisões dentro do FSC. Se o FSC deve representar e agir em nome da ampla maioria da sua adesão à medida que cresce, precisamos explorar maneiras eficazes de fazer isso.



À medida que o FSC continua a crescer, precisamos considerar como podemos garantir que todos os grupos envolvidos sejam ouvidos e sejam representados em todos os níveis de tomada de decisão da organização. Nenhum modelo para o futuro está sendo proposto por esta moção, apenas uma recomendação de tratarmos sobre como devemos crescer, salvaguardar o melhor do que fazer e construir novos canais e plataformas para que mais membros e partes interessadas se envolvam e dirijam o FSC. nos próximos 25 anos.

Cronograma

Entre as Assembleias Gerais de 2017 e 2020.

Documento (s) de política a ser revisado / desenvolvido

Nenhum

Emendas/Alterações

A membresia do FSC recomenda a continuação da revisão da governança. Isso deve incluir:

- a) Explorar mais as futuras estruturas de governança para permitir ao FSC desenvolver e fortalecer os níveis de engajamento e participação dos membros à medida que a organização cresce, incluindo uma análise das implicações da participação representativa potencialmente expansiva e incluindo mecanismos para envolver melhor os principais grupos de partes interessadas como identificado no Plano Estratégico Global.
- b) Acompanhar e monitorar a implementação das recomendações dadas pelo Grupo de Trabalho de Revisão de Governança, que são aprovadas pelo Conselho de Administração e as moções do GRWG que são aprovadas pela associação, de acordo com os princípios de boa governança.
- c) Uma estratégia e um plano de ação para garantir a melhor governança institucional, transparência e responsabilidade da administração do FSC, incluindo suas subsidiárias e escritórios nacionais, em relação aos objetivos e princípios de boa governança do FSC, implementando sistemas abrangentes de monitoramento, avaliação e relatando a eles.



Título: FSC apoia paisagens culturais indígenas

Moção Política

Número: GA2017/71

Língua original da moção: Inglês

Proposta por:

Nome: Bradley Young

Organização: National Aboriginal Forestry Association

Câmara: Social Norte

E-mail: byoung@nafeforestry.org

17) Apoiada por:

Nome: Annika Terrana

Organização:

Câmara: Econômica Norte

E-mail: annika.terrana@wwfus.org

18) Apoiada por:

Nome: Ulrich Grauert

Organização:

Câmara:

E-mail: ulrich.grauert@interholco.ch

Emendas/Alterações

O FSC apoia paisagens culturais indígenas e respeita o consentimento previamente informado em paisagens florestais intactas.